

# Fórum MAIS PARTICIPAÇÃO, melhor saúde

## Assembleia da República

### 18 Outubro 2016

## Conclusões

### Participação pública em saúde – atitudes e experiência da sociedade civil.

A participação pública importa a todos/as – pessoas que vivem com doença, utentes dos serviços de saúde, consumidores de cuidados de saúde, cidadãos/ãs em geral, organizações representativas, profissionais de saúde e decisores, entre outros.

Desde a implementação da democracia em Portugal e da criação do SNS, que se tem verificado uma evolução significativa na atitude dos/as cidadãos/ãs: hoje, reivindicam saber mais quer sobre a sua saúde, quer sobre a saúde das comunidades onde estão inseridos. Os/as cidadãos/ãs reclamam também que as organizações que os representam sejam parceiros na tomada de decisão, juntamente com profissionais de saúde e Ministério da Saúde.

Importa pois que os decisores reconheçam estes novos interlocutores e que os envolvam, quando tomam decisões relacionadas com a saúde. Nesse contexto, as organizações podem funcionar como agentes de informação e mudança.

Sofia Crisóstomo (MAIS PARTICIPAÇÃO, melhor saúde)

Moderador: João Arriscado Nunes (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Comentário: António Sales (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Moisés Ferreira (BE) e João Almeida Pedro (Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento)

Relator: Virgílio Chambel Coelho (Associação Portuguesa de Portadores de Pacemakers e CDIs)

### O cidadão chegou ao poder?

#### Participação pública nas políticas de saúde.

“A união faz a força” - é esta a ideia que melhor sintetiza em que medida o trabalho conjunto das organizações de pessoas com doença, de utentes e consumidores de saúde, profissionais de saúde, académicos pode fazer a diferença na saúde. É uma questão de dignidade humana pôr os/as cidadãos/as a participar formalmente nas grandes áreas da saúde, tornando realidade a partilha de decisão.

Já foram dados alguns passos no sentido de aproximar o cidadão da decisão, no entanto, e preciso saber como se estabelece a democracia em participação e o que deve ser feito para que seja uma realidade. Falta também vontade política para efetivar essa participação. Às associações cabe promover a capacitação dos/as cidadãos/ãs e, simultaneamente, divulgar e promover as oportunidades para um maior envolvimento.

Moderadora: Dulce Salzedas (jornalista/SIC)

Painel: Francisco Silva (Ministério da Saúde), Elsa Mateus (Liga Portuguesa Contra as Doenças Reumáticas), Luís Mendão (GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos) e Camille Bullot (European Patients' Forum)

Relatora: Manuela Pinheiro (Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson)

### Democracia participativa na saúde.

#### Ultrapassar barreiras.

A cidadania ativa tem o mérito de permitir identificar as necessidades da comunidade para que, na sua atividade, os profissionais de saúde vão ao encontro das mesmas, tornando o sistema de saúde mais eficiente. A estratégia política para a saúde, quer local – nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde primários – quer nacional, tem, assim, de passar por uma maior participação comunitária: dos profissionais de saúde, das diferentes organizações da área da saúde e cidadãos/ãs.

É, portanto, fundamental a vontade e a disponibilidade para capacitar quer cidadãos/ãs, quer profissionais de saúde, decisores políticos e autoridades locais. Estes têm um papel determinante na promoção da saúde e prevenção da doença, devendo estar preparados para quebrar barreiras ao exercício da democracia participativa na saúde, nomeadamente, o paternalismo médico-científico que ainda caracteriza a relação terapêutica em Portugal, o qual impede que o cidadão seja visto como um parceiro no seu processo de saúde. Só através da participação se consegue credibilizar as políticas e os processos.

Moderador: Diogo Valadas Ponte (Associação Nacional AVC)

Painel: Rui Portugal (Direção-Geral da Saúde/Plano Nacional de Saúde), João Rodrigues (USF-NA), Frederico Pinho de Almeida (Câmara Municipal de Cascais), Isabel Galriça Neto (CDS) e João Ramos (PCP)

Relatora: Ana Teixeira (EUTIMIA – Aliança Europeia Contra a Depressão em Portugal)

## Boas práticas de participação pública em saúde.

Participação tem tido significados e entendimentos diferentes – parceria, empoderamento, envolvimento, cuidados centrados no doente – suscitando muitas questões ao nível da sua operacionalização. Ainda assim, a participação em saúde tem revelado ser determinante para a construção de uma ciência-cidadã, no sentido em que a participação dos/as cidadãos/ãs pode funcionar como instrumento de aferição da qualidade da governação e prática democráticas. Muitas vezes, dada a hermeticidade dos processos legislativos, que impede a participação pública na sua construção, esta acaba por se corporizar em formas de protesto, tornando-as no espaço nobre da participação dos cidadãos, face à ausência de espaços institucionalizados para essa intervenção.

Formalmente, existe um consenso internacional sobre a participação do cidadão, desde Alma Ata, passando pela Declaração de Viena 1997, até à Declaração da OMS de 2015, expresso em dois argumentos fundamentais: por um lado é desejável, pois o cidadão tem conhecimentos e experiências que são uma mais-valia para o sistema de saúde; por outro gera *accountability*, porque o serviço deve prestar contas aos cidadãos. No contexto internacional são vários, e diversos, os exemplos de iniciativas que procuram promover, quer através de formas mais institucionalizadas, quer através de iniciativas ocasionais de auscultação das comunidades, a participação do cidadão na saúde. A participação é, portanto, uma componente cada vez mais essencial nos processos de prestação de cuidados, na gestão do tratamento e da prevenção.

Ana Raquel Matos e Mauro Serapioni (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Moderadora: Alexandra Costa (Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal)

Comentário: Felismina Mendes (Observatório Português dos Sistemas de Saúde) e Kamal Mansinho (Diretor dos Programas Nacionais para a área do VIH/SIDA e Tuberculoses e Hepatites Virais)

Relator: Bruno Santos (DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor)

## Lançamento da Carta para a Participação Pública em Saúde

A Carta para a Participação Pública em Saúde resulta de um trabalho conjunto de mais de um ano, de diferentes vozes que se foram encontrando em torno do objetivo comum da participação pública em saúde. Para concretizar este objetivo, é preciso que a Assembleia da República se junte a este movimento, sendo, para isso, necessário reunir 4000 assinaturas para motivar os grupos parlamentares e a comissão parlamentar de saúde a promover uma iniciativa legislativa que formalize a participação dos/as cidadãos/ãs e dos seus representantes.

Este projeto é também exemplo da maturidade e sustentabilidade que o associativismo e o ativismo no âmbito da saúde adquiriram, por conseguir reunir o consenso de tantas organizações e personalidades. Cada vez mais, temos de ter a sociedade civil como parceiro indispensável na definição das políticas de saúde, e o SNS mais centrado no cidadão com doença, e não na doença.

A Carta procura aprofundar a democracia participativa consagrada na Constituição, a qual falta regulamentar. A Carta pretende também avançar novos espaços de participação e dar um novo impulso às tímidas iniciativas que vão sendo instituídas, ainda de forma não sistemática.

Sofia Crisóstomo (MAIS PARTICIPAÇÃO, melhor saúde)

Comentário: Vitor Veloso (Liga Portuguesa Contra o Cancro) e Rosário Zincke (Alzheimer Portugal)

Compromissos: Intervenção dos deputados da Comissão Parlamentar de Saúde

Relator: Rui Coimbra (CASO - Consumidores Associados Sobrevivem Organizados)

